

A REAL MESA CENSÓRIA: IMPRIMIR, INSTRUIR E CENSURAR.

Colóquio Museu de Ciência da UC | 30 de Maio de 2018



Em 2018 assinalam-se 250 anos sobre a data da criação da Real Mesa Censória. Esta instituição concentrou amplos poderes e desempenhou um papel central na definição da política cultural pombalina. No período da sua vigência modelou a cultura escrita e o ensino público, a censura, a publicação e a receção de impressos, a constituição de bibliotecas e a formação intelectual das elites. A historiografia clássica e os estudos mais recentes sobre os temas em debate confirmam a importância acordada a este organismo estatal.

Com o *Colóquio A Real Mesa Censória: Imprimir, Instruir e Censurar*, pretende-se suscitar novas leituras e acolher um conjunto consistente de investigações e reflexões históricas.

Organização: Ana Cristina Araújo – FLUC|CHSC; Fernanda Campos – FCSH/CHAM; Carlota Simões – FCTUC/CfisUC/MCUC.

A Real Mesa Censória: imprimir, instruir e censurar.

Colóquio Museu da Ciência da UC | 30 de maio de 2018

Programa

10h Sessão de abertura: Diretora do Museu da Ciência, Diretor da FLUC, Coordenadora Científica do CHSC, Coordenador Científico do CHAM, Membros da Comissão Organizadora

1ª sessão

moderador: João Luís Lisboa

10h 20m

Conferência de abertura

Teresa Payan Martins - Frei Manuel do Cenáculo e o índice censório que não saiu à luz do dia.

10h 50m

Tiago dos Reis Miranda - *Le Politique Danois*: justiça, censura e poder no período josefino.

11h 10m

Fernanda Guedes de Campos – Ter e (não) ler: A Real Mesa Censória e as Bibliotecas Religiosas – o exemplo do convento de S. Bento de Xabregas.

11h 30m

Vanda Anastácio - Os livros das mulheres. Revisitando os inventários enviados à Real Mesa Censória em 1769.

11h 50m

debate

12h 30m | Almoço livre

2ª sessão

moderadora: Carlota Simões

14h 30m

Francisco António Lourenço Vaz - Instrução e censura. O testemunho de Alexandre Faria Manuel sobre a Real Mesa Censória (1772-1780).

14h 50m

Fernando Taveira da Fonseca - A 'imposição' de um modelo? Planos de estudos das ordens religiosas no contexto da reforma pombalina da Universidade (1769-1789).

15h 10m

Ana Cristina Araújo - A Real Mesa Censória e o Colégio dos Nobres: revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo.

15h 30m

Conferência de encerramento

Justino Magalhães - Real Mesa Censória e institucional escolar português

16h

debate

16h 45m Sessão de encerramento: Diretora do Museu da Ciência, Coordenadora Científica do CHSC, Coordenador Científico do CHAM, Membros da Comissão Organizadora

17h | Visita guiada ao Museu da Ciência

RESUMOS

Frei Manuel do Cenáculo e o índice censório que não saiu à luz do dia

Teresa Payan Martins
CHAM, NOVA FCSH, UAç

Acautelados os princípios teóricos da formação do Índice no Regimento da Real Mesa Censória, cabia ao Presidente daquele Tribunal, por inerência do cargo, conduzir o processo e definir os procedimentos práticos. Dom Frei Manuel do Cenáculo, nomeado Presidente da Real Mesa Censória no dia 16 de Março de 1770, não descurou aquela incumbência e nos finais do ano de 1776 o índice estava pronto para publicação. Razões políticas associadas à morte de Dom José e à queda do Marquês de Pombal explicam os motivos por que, no espólio de Cenáculo, integrado no acervo da Biblioteca Pública de Évora, se encontra o manuscrito do índice de livros proibidos pela Real Mesa Censória.

***Le Politique Danois*: justiça, censura e poder no período josefino**

Tiago C. P. dos Reis Miranda
CIDEHUS-UÉ

Em 1762, o juiz comissário de Belém, José António de Oliveira Machado, esteve nas lojas de alguns dos mais importantes livreiros de Lisboa, e nelas apreendeu dezenas de exemplares de uma polémica obra sobre os malefícios alegadamente causados em toda a Europa pelos princípios políticos e económicos de Inglaterra. Os autos desse episódio permitem compreender um pouco melhor os expedientes a que a Coroa recorreu para estancar a difusão de ideias incómodas, sobretudo a partir do Grande Terramoto, num movimento de concentração de poderes em que igualmente se insere o alvará de 5 de abril de 1768.

Ter e (não) Ler: a Real Mesa Censória e as Bibliotecas religiosas – o exemplo do convento de S. Bento de Xabregas

Fernanda Maria Guedes de Campo
CHAM, NOVA FCSH, UAç

O controlo dos livros existentes nas bibliotecas portuguesas, por parte da Real Mesa Censória, tem a sua expressão mais abrangente no Edital de 10 de julho de 1769. Nesta comunicação procuraremos, num primeiro momento, contextualizar o que foi a resposta das livrarias religiosas a esse inquérito. Dada, porém, a fraca aderência que se nota pelo número de róis remetidos à RMC e conhecida que é a faculdade concedida a estas bibliotecas para terem obras proibidas, houve, certamente, outros modelos de controlo. Escolhemos, pois, para exemplo, uma livraria que não respondeu ao Edital, a do convento de S. Bento de Xabregas, em Lisboa, analisando o impacto das medidas censórias sobre as suas coleções.

Os livros das mulheres. Revisitando os inventários enviados à Real Mesa Censória em 1769

Vanda Anastácio
Universidade de Lisboa | Centro de Estudos Clássicos

Como se sabe, entre os inventários de Bibliotecas privadas enviados à Real Mesa Censória na sequência do Edital de 1769 figuram 89 inventários de bibliotecas atribuídas a mulheres. Apesar de terem sido já objeto de trabalhos académicos, estes inventários podem ainda ser explorados a partir de novos ângulos, e servir de ponto de partida para pensar metodologias de análise e para a formulação de hipóteses concretas acerca da relação entre mulheres, livros e a Real Mesa Censória na sociedade portuguesa de então.

Instrução e censura – o testemunho de Alexandre Faria Manuel sobre a Real Mesa Censória (1772-1780)

Francisco António Lourenço Vaz
Universidade de Évora | Departamento de História
CIDEUS-UÉ

Nesta comunicação tomamos como ponto de partida o contexto cultural e político que esteve na origem da criação da Real Mesa Censória, bem como os primeiros anos do seu funcionamento, para proceder a uma análise a duas das principais finalidades desta instituição e que estão elencadas no título deste colóquio: instruir e censurar. Na sequência de anteriores trabalhos em que analisámos a ideia de instrução, subjacente ao reformismo pombalino, com destaque para o papel desempenhado por frei Manuel do Cenáculo, procuramos estabelecer a relação entre esse reformismo pedagógico e a censura. Partimos também do pressuposto que no contexto do século XVIII, a censura não se esgotava no papel de reprimir a circulação do livro, e consequentemente da liberdade de pensamento, mas também assumia uma componente instrutiva, que muitas vezes é ignorada por alguns estudos, e que foi fator para garantir a qualidade no ensino e nas publicações, quer no seu conteúdo quer no uso adequado da língua.

Usamos como fonte as cartas e outros documentos que Alexandre Faria Manuel, Secretário da Repartição de Estudos da Real Mesa Censória, enviou a frei Manuel do Cenáculo. O testemunho de Alexandre Faria Manuel que esteve ligado a instituição durante oito anos, primeiro como funcionário e depois alvo de um processo, prisão e exílio, por ter sido acusado de roubar livros da Mesa em seu proveito, adquire um valor histórico que importa resgatar do esquecimento. Dadas as funções desempenhadas os manuscritos de Alexandre Manuel, que recentemente publicámos na íntegra, permitem-nos aferir como eram cumpridas duas das principais finalidades da Mesa Censória: censurar os livros e publicações e supervisionar o ensino e aplicação dos planos de estudos.

A ‘imposição’ de um modelo? Planos de estudos das ordens religiosas no contexto da reforma pombalina da Universidade (1769-1789)

Fernando Taveira da Fonseca
Universidade de Coimbra | Faculdade de Letras
CHSC

O quadro normativo, materializado nos *Estatutos* de 1772, constituiu o alicerce fundamental sobre que repousaram tanto a eficácia como a longevidade da Reforma da Universidade: definira-se um modelo, sancionado pela autoridade régia e, por isso, susceptível de se impor nas zonas adjacentes – a montante e a jusante – dos estudos superiores universitários. Alguns planos de estudos elaborados pelas ordens religiosas, submetidos também à aprovação do monarca, reclamam-se explicitamente desse modelo: cobriam áreas que escapavam ao estrito quadro das disciplinas universitárias, mas pretendiam estar alinhados com ele. A presente comunicação pretende cotejar – e se possível problematizar – alguns desses textos que chegaram até nós.

A Real Mesa Censória e o Colégio dos Nobres: revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo

Ana Cristina Araújo
Universidade de Coimbra | Faculdade de Letras
CHSC

Por decisão régia, a Real Mesa Censória, de acordo com o alvará de 4 de julho de 1771, recebeu o encargo de tutelar e administrar o Colégio Real dos Nobres e todas as escolas menores do reino e seus domínios. O instituto educativo dedicado à nobreza da corte, apesar das dificuldades que enfrentava no início da década de setenta, fora alfobre de propostas de mudança importantes no campo cultural. Os seus estatutos, datados de 1761, contemplavam a instalação de uma “Livraria própria”. A acomodação da livraria, cujo espólio contava com livros de diversa proveniência, fora confiada a Nicolau Pagliarini, que, em 1766, propôs ao conde de Oeiras a instalação de uma tipografia no Colégio dos Nobres. A localização posterior da Impressão Régia (1768) no sítio da Cotovia, defronte do Colégio, facilitou o intercâmbio de serviços entre as duas instituições, nomeadamente a execução gráfica e a comercialização de livros destinados às aulas e à biblioteca do Colégio. A aliança estabelecida no campo da edição e conservação de livros, salvaguardava o regime de privilégio e a pretensa identidade de um sistema moderno de ensino integrado que, no essencial, foi revisto e alterado pela Real Mesa Censória. Do mesmo modo, foram reformados dois dos pilares organizativos do mesmo modelo colegial, a autonomia de gestão e o regime de clausura civil imposto a alunos, professores e a outros servidores da instituição. As inquirições efetuadas no âmbito do auto de devassa de 6 de junho de 1771, presidido por Frei Manuel do Cenáculo, presidente da Real Mesa Censória, visaram corrigir desmandos administrativos, normalizar a vida interna da instituição e limitar o alcance do currículo escolar oferecido pelo colégio.

Real Mesa Censória e institucional escolar português

Justino Magalhães
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Pressionado pela crescente movimentação editorial, Chrétien Guillaume de Malesherbes, Director Geral da Biblioteca Real de Paris e Chefe da Censura Real, no ano de 1750, homem esclarecido e acusado de tolerante à liberdade de imprensa, pois que nomeadamente protegeu a edição de *L'Encyclopédie*, admitia que alguém que tivesse lido apenas os livros explicitamente aprovados pela Censura Real, estaria atrasado cerca de cem anos (Cf. Sarrazin, 1997, 161)¹. E mais para final de Setecentos, Emmanuel Kant no pequeno Opúsculo-Manifesto *Qu'est-ce que les Lumières?*, proclamava que “il faut que l'usage public de la raison soit toujours libre et lui seul peut répandre les Lumières parmi les hommes» (2007, p. 7)². Num e noutro caso, estava implícita a liberdade de publicação, num ciclo histórico em que mais do que a censura ideológica e política se revelavam drásticos, os constrangimentos da censura cultural, científica, artística.

A Censura e a Inquisição ou Santo Ofício são parte da Primeira Modernidade. Para Portugal, Graça Rodrigues, glosando uma ideia de Jacinto Prado Coelho, afirmou que “salvo períodos que poderíamos classificar de excepção, a censura como instituição tem acompanhado ao longo da história a vida cultural portuguesa, condicionando e dirigindo as suas linhas de desenvolvimento” (Cf. Gonçalves, 1980, p, 7)³. no entanto, por meados do século XVIII, sob a governação pombalina, foi decretado o fim da Inquisição ou Santo Ofício, tendo a função censora transitado para a Real Mesa Censória, instituída em 1768 (cf. Araújo 2003)⁴. O Oitocentismo, como mais recentemente os regimes ditatoriais mantiveram sistemas e instâncias de censura. O institucional escolar, nomeadamente em Portugal, tal como tinha chegado a meados de Setecentos e tal como foi sendo reconstituído e renovado desde meados de Setecentos até aos anos sessenta do século XX, ficou associado a instâncias e políticas de censura, regulação e supervisão. Tais instâncias assumiram, em regra, as formas de predição, inspecção, louvor ou punição. Retomavam, em parte, o espírito transtemporal de cânon e legitimação, através do exercício “iluminativo” da autoridade política, institucional, simbólica. Nesse sentido, pensar e historiar o institucional escolar é não descuidar princípios, preceitos, regulamentos, instâncias e processos de censura, controlo e advertência, que foram sendo implementados em cada período histórico. Dessa racionalidade, fez parte uma burocracia escritural e orgânica associada a uma formalização e a uma hierarquia.

¹ Véronique Sarrazin. Du Bon Usage de la Censure au XVIIIe Siècle. In Bloch, Olivier et McKenna, Antony (Directeurs). *La Lettre Clandestine*, nº 5, 1996, p. 161

² Kant, Emmanuel. *Qu'est-ce que les Lumières?* Paris : Hatier, 2007

³ Graça Almeida Rodrigues. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ ministério da Educação e Ciência, 1980

⁴ Ana Cristina Araújo,. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: livros Horizonte, 2003

Se há aspectos que ressaltam na história da Censura, são transversalidade e longa duração. Houve repetição de instâncias, meios e objectos censuráveis de império para império, de nação para nação, de Estado para Estado, de regime político para regime político. Criada no século XVI em forma de Tribunal para controlo ideológico, combate à heresia e regulação da propriedade autoral, a Censura assumiu a forma de Tribunal - na Cristandade o Tribunal da Inquisição ou Santo Ofício. Foi implantada nos diferentes países, assim no Mundo Católico como no Mundo da Reforma Protestante. A Censura ficou intrinsecamente associada à imprensa, à edição, à circulação, à propriedade autoral. Em Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Itália, data de meados do século XVI a criação de instâncias de inquisição, censura e regulação. Criada pelo Alvará Pombalino de 1768, a Real Mesa Censória assumiu particular relevo no institucional escolar português.

Nesta comunicação apresentarei uma breve síntese da evolução da Inquisição e da Censura, nomeadamente em Portugal. Procurarei centrar-me na relação entre a Censura e institucional escolar, muito particularmente na influência da Real Mesa Censória na cultura e no livro escolares.